

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
ABREVIACÕES	15
CAPÍTULO 1. O CONCURSO DE PRETENSÕES TRIBUTÁRIAS E OS TRATADOS INTERNACIONAIS	23
Introdução.....	23
1.1. Soberania, territorialidade e elementos de conexão	23
1.2. O concurso de pretensões tributárias	31
1.3. Dupla tributação jurídica e dupla tributação econômica.....	34
1.4. Formas de dupla tributação da renda	36
1.4.1. Sobreposição entre residência e fonte	36
1.4.2. Sobreposição entre residência e residência	36
1.4.3. Sobreposição entre fonte e fonte	37
1.5. Os efeitos nocivos da dupla tributação	38
1.6. Fontes do direito internacional	39
1.7. O histórico dos acordos de bitributação	41
1.8. A terminologia dos tratados internacionais	48
1.9. Os tratados internacionais e o papel da União Federal	51
1.10. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.....	54
1.11. O procedimento para a executoriedade doméstica dos acordos de bitributação no direito brasileiro.....	61
1.12. Negociação entre as autoridades competentes dos países envolvidos e assinatura do texto final	62
1.12.1. Aprovação pelo Congresso Nacional	63
1.12.2. Ratificação	64
1.12.3. Promulgação e publicação	66
1.12.4. A extinção e a denúncia do tratado internacional	67

1.13.	Tratados internacionais sobre direitos humanos	69
1.14.	A vinculação dos acordos de bitributação com os direitos humanos.....	71
1.15.	A posição dos tratados em matéria tributária e o artigo 98 do Código Tributário Nacional	72
1.16.	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	76
1.17.	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o critério da “ <i>lex specialis</i> ” ...	79
1.18.	O tratado como um limite à jurisdição do Estado	83
1.19.	O efeito negativo dos acordos de bitributação e a máscara de Klaus Vogel ...	84
1.20.	<i>Treaty override</i>	87
1.21.	<i>Treaty dodging</i>	90
1.22.	<i>Hermeneutic override</i>	95
CAPÍTULO 2. O PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO		99
2.1.	A importância do procedimento de negociação dos acordos de bitributação... ..	99
2.2.	A identificação da necessidade do acordo de bitributação e a seleção dos países-alvo	100
2.3.	A competência para negociação de tratados internacionais	101
2.4.	Os contatos preliminares e o procedimento de negociação	103
2.5.	Cláusula de nação mais favorecida como instrumento para facilitar o consenso na negociação do acordo de bitributação	108
2.6.	A escolha da Convenção Modelo para a negociação do acordo de bitributação	109
2.7.	A língua oficial – influência na negociação e na interpretação	118
CAPÍTULO 3. A INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS		123
3.1.	Noções gerais sobre interpretação jurídica.....	123
3.2.	A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	125
3.3.	O voluntarismo <i>versus</i> o objetivismo na Conferência de Viena	128
3.4.	As regras de interpretação na CVDT	130
3.5.	O papel da boa-fé na CVDT	130
3.6.	O sentido comum dos termos (artigo 31 da CVDT)	133
3.7.	O contexto na CVDT	135
3.8.	Os “ <i>parallel treaties</i> ”	142
3.9.	O objetivo e a finalidade.....	145
3.10.	O sentido especial dos termos	150
3.11.	Os meios suplementares de interpretação	152

3.12. O reenvio integrativo ao direito interno.....	155
3.12.1. Reenvio estático ou dinâmico ao direito interno	159
CAPÍTULO 4. COMPETÊNCIA QUALIFICATÓRIA E AS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTADOS	163
4.1. A divergência entre interpretação e qualificação	163
4.2. A diferença entre conflito de classificação e conflito de qualificação.....	164
4.3. O reenvio ao direito interno, a interpretação autônoma e a competência para qualificação no direito tributário internacional	169
4.3.1. A interpretação autônoma.....	169
4.3.2. A qualificação pela <i>lex fori</i>	172
4.3.3. A qualificação pelo Estado da fonte	174
4.3.4. A qualificação pelo Estado da residência	176
4.3.5. A teoria da competência qualificatória exclusiva na concepção de Alberto Xavier.....	176
4.4. A solução proposta pela OCDE para os conflitos de qualificação – O <i>new approach</i> na interpretação do artigo 23 da CM OCDE	178
4.5. Requisitos para a aplicação da nova abordagem da OCDE.....	186
4.6. As críticas ao <i>new approach</i> da OCDE e as controvérsias não solucionadas.....	190
4.7. Aplicação estática ou dinâmica da nova abordagem da OCDE	209
4.8. A solução para os conflitos de qualificação	213
4.9. A irrelevância da existência de dupla tributação da renda para a aplicação dos acordos de bitributação	222
CAPÍTULO 5. O PAPEL DOS COMENTÁRIOS À CONVENÇÃO MODELO DA OCDE NA ATIVIDADE DE INTERPRETAÇÃO	229
5.1. A relevância dos Comentários à CM OCDE	229
5.2. Os Comentários à CM OCDE como “sentido comum” dos termos utilizados no acordo de bitributação – artigo 31(1) da CVDT.....	232
5.3. Os Comentários à CM OCDE como “sentido especial” dos termos utilizados no acordo de bitributação – artigo 31(1) da CVDT.....	234
5.4. Os Comentários à CM OCDE como contexto do acordo de bitributação – artigo 31 (2) e (3) da CVDT	236
5.5. Os Comentários à CM OCDE como meios suplementares de interpretação – artigo 32 da CVDT	240
5.6. Os Comentários à CM OCDE como materiais vinculantes por aquiescência (“ <i>acquiescence</i> ”) ou por preclusão (“ <i>estoppel</i> ”).....	243
5.7. Comentários à CM OCDE como material de peso equivalente à opinião de um especialista em tributação internacional	246

5.8.	Os Comentários à CM OCDE posteriores ao acordo de bitributação interpretado.....	248
5.9.	A posição adotada neste estudo a respeito da relevância dos Comentários à CM OCDE.....	250
CAPÍTULO 6. ESTRUTURA DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO.....		255
6.1.	Introdução.....	255
6.2.	Preâmbulo.....	258
6.3.	Artigo 1 – Pessoas visadas	259
6.3.1.	Acesso aos benefícios convencionais por “partnerships”	263
6.3.2.	Acesso aos benefícios convencionais por fundos de investimento	264
6.4.	Artigo 2 – Tributos visados.....	265
6.5.	Artigo 3 – Definições gerais	268
6.6.	Artigo 4 – Residente.....	270
6.7.	Artigo 5 – Estabelecimento permanente	279
6.8.	Artigo 6 – Rendimentos de bens imóveis.....	298
6.9.	Artigo 7 – Lucros das empresas	302
6.10.	Artigo 8 – Transporte marítimo, fluvial e aéreo.....	308
6.11.	Artigo 9 – Empresas Associadas.....	313
6.12.	Artigo 10 – Dividendos.....	316
6.13.	Artigo 11 – Juros	325
6.14.	Artigo 12 – <i>Royalties</i>	336
6.15.	A regra distributiva específica para serviços técnicos	350
6.16.	Artigo 13 – Ganhos de capital	352
6.17.	Artigo 14 – Profissionais independentes	359
6.18.	Artigo 15 – Profissões dependentes (rendimentos de emprego).....	363
6.19.	Artigo 16 – Remuneração de diretores	370
6.20.	Artigo 17 – Artistas e Desportistas.....	374
6.21.	Artigo 18 – Pensões.....	386
6.22.	Artigo 19 – Funções públicas	389
6.23.	Artigo 20 – Estudantes	392
6.24.	Artigo 21 – Outros rendimentos	396
6.25.	Artigo 22 – Tributação do capital.....	399
6.26.	Artigo 23 – Método para eliminação da dupla tributação	399
6.26.1.	Método da isenção.....	400
6.26.2.	Método do crédito	401
6.26.3.	<i>Tax sparing e matching credit</i>	402

6.27.	Artigo 24 – Não discriminação	404
6.28.	Artigo 25 – Procedimento amigável	423
6.29.	Artigo 26 – Troca de informações	424
6.30.	Artigo 27 – Assistência na cobrança de tributos	430
6.31.	Artigo 28 – Membros de missões diplomáticas e cargos consulares	432
6.32.	Artigo 29 – Limitação de benefícios	432
6.32.1.	A cláusula de LOB	434
6.32.2.	A cláusula de estabelecimento permanente em terceiros Estados ...	440
6.32.3.	A cláusula de PPT	440
6.32.4.	A regra suplementar para “conduit arrangements”	446
6.33.	Artigo 30 – Extensão territorial	446
6.34.	Artigo 31 – Entrada em vigor	447
6.35.	Artigo 32 – Extinção (denúncia)	447
CAPÍTULO 7. A ASSINATURA DA CONVENÇÃO MULTILATERAL DA OCDE PELO BRASIL		449
7.1.	Introdução	449
7.2.	Os desafios envolvidos na elaboração de uma Convenção Multilateral	450
7.3.	Os acordos de bitributação indicados pelo Brasil	453
7.4.	A Declaração Explicativa (“Explanatory Statement”) da Convenção Multilateral e a sua relevância no processo de interpretação	454
7.5.	Análise geral da Convenção Multilateral e das posições seguidas pelo Brasil ...	455
7.5.1.	Artigo 3 - Entidades híbridas	456
7.5.2.	Artigo 4 - Entidades com dupla residência	457
7.5.3.	Artigo 5 – Método de alívio à dupla tributação da renda	458
7.5.4.	Artigo 6 – Preâmbulo dos acordos de bitributação	460
7.5.5.	Artigo 7 – Prevenção de abuso dos acordos de bitributação	462
7.5.6.	Artigo 8 – Operações de transferência de dividendos (período mínimo de manutenção das ações)	463
7.5.7.	Artigo 9 – Ganhos de capital oriundos de bens imóveis	464
7.5.8.	Artigo 10 – Cláusula antiabuso para estabelecimentos permanentes em terceiros Estados	465
7.5.9.	Artigo 11 – Cláusula de salvaguarda	466
7.5.10.	Artigo 12 – Contratos de comissão e arranjos similares	469
7.5.11.	Artigo 13 – A lista negativa de estabelecimento permanente	470
7.5.12.	Artigo 14 – Fragmentação de atividades	472
7.5.13.	Artigo 15 – Definição de pessoas estreitamente relacionadas	473

7.5.14. Artigo 16 – Procedimento amigável.....	474
7.5.15. Artigo 17 – Ajustes correlativos de preços de transferência	475
7.5.16. Artigo 19 – Arbitragem obrigatória e vinculante	476
7.5.17. Disposições finais da Convenção Multilateral	478
CAPÍTULO 8. DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTADOS E O PROCEDIMENTO AMIGÁVEL	479
8.1. Introdução.....	479
8.2. Procedimento amigável	481
8.3. Possíveis desfechos do processo amigável.....	489
8.4. A regulamentação do procedimento amigável na Instrução Normativa RFB 1.846/2018.....	491
8.5. Procedimento amigável e arbitragem.....	492
BIBLIOGRAFIA	497
Publicações.....	497
Relatórios.....	532